



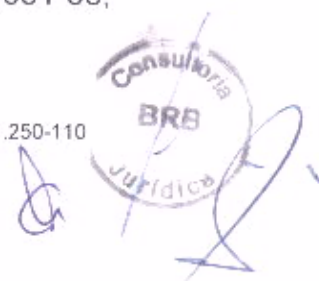
CONTRATO N° 12 /2013 – CIAS/SECOPA.

Folha n°:	112
Processo n°:	002-000134/2013
Rubrica:	Mat. 263553-7

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O GOVERNO DO
DISTRITO FEDERAL, POR MEIO
DA SECRETARIA DE ESTADO
EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
E O BANCO DE BRASÍLIA S.A NA
FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO:

Processo n.º 0002-000134/2013

O Distrito Federal, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014 – SECOPA/ COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS – CIAS**, neste ato representado por Gerência Nelcyr De Bem, na qualidade de Coordenador, consoante a competência que lhe foi atribuída pelo Decreto n° 33.950 de 17/10/2012, publicada no D.O.D.F de 19/10/2012, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante denominado **CONTRATANTE** de um lado, e de outro, o **BANCO DE BRASÍLIA S/A**, denominado simplesmente **BRB**, instituição financeira de economia mista, com sede em Brasília - DF, no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Ed. Brasília, 3º andar, inscrito sob o CNPJ/MF sob o n.º 00.000.208/0001-00, neste representado por seu Diretor Presidente, Paulo Roberto Evangelista de Lima, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, portador do RG. n.º 580976 DGPC/GO e do CPF n.º 117.512.661-68, doravante denominada **CONTRATADA**.





Folha nº:	113
Processo nº:	002 - 000139/2013
Rubrica:	(15) Mat. 263553-4

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Procedimento

O presente contrato obedece aos termos da Lei n.º 4.601 de 14 de julho de 2011, acrescido pela Lei n.º 5.091 de 03 de abril de 2013 e ao Decreto n.º 34.264 de 05 de abril de 2013. Obedece ainda aos termos de inexigibilidade de Licitação, com fundamento no caput do art. 25, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto

O contrato tem por objeto a prestação de serviços para operacionalização do pagamento de auxílio pecuniário relativo às atividades práticas realizadas em oficinas específicas, denominadas Fábricas Sociais, e coordenadas pela Coordenadoria de Integração das Ações Sociais – CIAS, da Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014 do Distrito Federal – SECOPA/DF.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Regras Gerais

A operacionalização dos serviços contratados dar-se-á conforme detalhamento abaixo:

- I. Os créditos aos beneficiários serão efetuados, no cartão benefício, pelo BRB nos exatos termos e valores constantes dos arquivos gerados e enviados pela CIAS/SECOPA/DF.
- II. O BRB fornecerá à Coordenadoria de Integração das Ações Sociais – CIAS, da Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014, o leiaute do arquivo para a inserção dos dados dos beneficiários, bem como orientará os técnicos da Secretaria sobre a utilização dos arquivos.
- III. A CIAS/SECOPA/DF enviará ao BRB arquivos de teste, de cadastro e de pagamento nos leiautes fornecidos pelo Banco e nos prazos estabelecidos neste contrato.
- IV. Os créditos aos beneficiários do programa, objeto deste contrato, serão efetuados 6 (seis) dias úteis depois que a CIAS/SECOPA/DF repassar os respectivos recursos financeiros.





- V. O BRB efetuará os pagamentos aos beneficiários se houver o repasse dos recursos financeiros e dos arquivos relativos ao programa objeto deste contrato.
- VI. Caso a CIAS/SECOPA/DF deixe de efetuar o repasse dos recursos financeiros ou de enviar os arquivos nos prazos estipulados, ou ainda, enviar os arquivos com rejeição; o BRB não se obriga a efetuar os pagamentos.
- VII. O(s) valor(es) a ser(em) devolvido(s), à CIAS/SECOPA/DF, relativo(s) às rejeições ou erros nos arquivos de pagamentos, à eventuais diferenças nos recursos repassados e aos demais recursos solicitados pela Secretaria, serão depositados pelo Banco em conta designada pela Secretaria.
- VIII. Entende-se por pagamento efetivo dos benefícios, o momento em que o crédito é disponibilizado ao beneficiário.
- IX. Na prestação de contas, o BRB informará à CIAS/SECOPA/DF, por meio de ofício, a quantidade e valor dos benefícios pagos, rejeitados e/ou com erros, bem como informará o valor da ordem bancária recebida para o pagamento da folha, o(s) valor(es) a ser(em) devolvido(s) para a Secretaria e a fatura mensal relativa aos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações Das Partes

Parágrafo Primeiro – São obrigações do BRB:

- I. Proceder ao registro dos dados cadastrais e financeiros dos beneficiários em sistemas informatizados.
- II. Gerar o cartão benefício de acordo com o arquivo de cadastro enviado pela CIAS/SECOPA/DF.
- III. Entregar o cartão benefício por meio do Correspondente Bancário Itinerante ou de sua rede de agências.
- IV. Prestar os serviços de logística aos beneficiários para o cadastramento de senhas utilizando-se de infra-estrutura e equipamentos próprios.





- V. Emitir fatura com o custo da prestação dos serviços em até cinco úteis após o pagamento efetivo dos benefícios. Para efeito do cálculo do valor da fatura será considerada a quantidade de benefícios pagos.
- VI. Receber da CIAS/SECOPA/DF o arquivo contendo a folha de pagamento dos beneficiários do programa pelo canal @EDI e informar no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a ocorrência de erros ou rejeições.
- VII. Transferir os recursos aos beneficiários seis dias úteis após o recebimento dos recursos financeiros, ou em data determinada pela CIAS/SECOPA/DF, desde que observado o prazo mínimo de seis dias úteis e o disposto na Cláusula Terceira, Incisos I e VI deste contrato.
- VIII. Devolver à CIAS/SECOPA/DF os valores dos benefícios rejeitados e/ou com erros, juntamente com a prestação de contas, em até cinco úteis após o pagamento efetivo dos benefícios.
- IX. Promover, internamente, a divulgação das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, de forma a instruir o corpo de funcionários do Banco, no que se refere aos procedimentos operacionais ora pactuados.
- X. A Contratada deverá manter a regularidade jurídica e fiscal durante toda a execução contratual.
- XI. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
- XII. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- XIII. A Contratada fica obrigada a apresentar ao Distrito Federal até o quinto dia útil do mês subsequente, certidões negativas que comprovem a sua regularidade jurídica e fiscal..

Parágrafo Segundo – São obrigações da CIAS/SECOPA/DF:

- I. Informar e orientar os beneficiários do programa sobre a correta utilização do cartão.





- II. Enviar ao BRB, em meio eletrônico, pelo canal @ EDI, arquivo com os dados cadastrais dos beneficiários do programa, com o indicativo de qual agência o beneficiário irá receber o cartão magnético, seguindo o leiaute definido pelo BRB, 30 (trinta) dias antes da data prevista para a entrega dos cartões magnéticos.
- III. Enviar ao BRB arquivo teste de pagamento, em meio eletrônico, conforme leiaute definido pelo BRB, 30 (trinta) dias antes da data prevista para início do pagamento dos benefícios.
- IV. Enviar ao BRB, em meio eletrônico, pelo canal @ EDI, arquivo dos dados financeiros (folha de pagamento) dos beneficiários do programa, conforme leiaute definido pelo BRB, até 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para início dos pagamentos dos benefícios, para verificação de erros ou rejeições.
- V. Havendo erros ou rejeições no arquivo de pagamento, a CIAS/SECOPA/DF promoverá os acertos necessários em até 2 (dois) dias úteis e informará o BRB ou autorizará a devolução do valor do benefício.
- VI. Informar e orientar os beneficiários do programa quanto aos seus benefícios.
- VII. Transferir ao BRB os recursos financeiros para pagamento do programa até 6 (seis) dias úteis antes da data prevista para início dos pagamentos dos benefícios.
- VIII. Manter o Banco informado das alterações e revisões de rotinas internas que afetem o presente contrato.
- IX. Repassar ao Banco de Brasília – BRB o valor do custo gerado com as despesas para o pagamento do programa Fábrica Social na forma da cláusula sétima, parágrafos primeiro e segundo, deste contrato.
- X. Atestar a fatura emitida pelo BRB.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

O valor total do Contrato é de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), devendo esta ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária anual nº 5.011, de 28/12/2012,





enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no orçamento seguinte.

Parágrafo Primeiro – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses (Serviços contínuos) terão seus valores, anualmente repactuados conforme renegociação de todos os custos envolvidos na prestação e aqueles cuja vigência seja de até doze meses (Serviços não contínuos) pelo índice melhor aplicável ao caso concreto (tipo de serviço constante do objeto do contrato) adotado em lei.

Parágrafo Segundo – A CIAS/SECOPA/DF pagará ao BRB o valor de R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) por benefício pago.

CLÁUSULA SEXTA – Do Reajuste

Os valores contidos na cláusula quinta serão reajustados a cada 12 meses da assinatura deste, com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Parágrafo Primeiro – Se necessário, o contrato poderá ser alterado em razão de desequilíbrio econômico-financeiro, desde que presente as hipóteses legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

O BRB receberá da CIAS/SECOPA/DF, mensalmente, a título de ressarcimento das despesas com a operacionalização do programa Fábrica Social, o valor correspondente aos serviços a serem prestados discriminados em fatura emitida pelo Banco.

Parágrafo Primeiro – O pagamento da remuneração do agente financeiro será efetuado conforme as normas de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo do Distrito Federal e ocorrerá, impreterivelmente, até 30(trinta) dias corridos após o recebimento da fatura pela CIAS/SECOPA/DF.

Parágrafo Segundo – Havendo atraso no pagamento da fatura emitida pelo BRB, o valor devido será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC até a data do efetivo pagamento.





CLÁUSULA OITAVA – Dos Riscos

Os riscos operacionais e legais decorrentes dos benefícios concedidos serão de responsabilidade da CIAS/SECOPA/DF.

CLÁUSULA NONA – Do Controle

É prerrogativa da CIAS/SECOPA/DF conservar a autoridade normativa e a fiscalização sobre execução, mediante a supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste Instrumento, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Divulgação Promocional

Em qualquer ação promocional, previamente aprovada pelas partes, em função deste Contrato, deverá ser obrigatória a inclusão da marca do Governo do Distrito Federal, da CIAS/SECOPA/DF e do BRB, seja em evento, peça, curso, material ou matéria jornalística destinada à divulgação, em qualquer veículo de comunicação social, folhetos, impressos em geral, tanto para circulação interna como externa.

Parágrafo Primeiro – Fica vedado aos partícipes utilizar nos empreendimentos resultantes deste Contrato, nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Vinculação Trabalhista

O presente Contrato não resulta, em hipótese alguma, vínculo de natureza trabalhista ou associativa entre as partes, nem tampouco nenhuma vinculação de emprego, representação, mandato ou instituto congênere entre quaisquer delas e os empregados ou prepostos da outra, respondendo cada uma individual e isoladamente por todas as obrigações que assumir, seja de que natureza for.

Parágrafo Primeiro – São de exclusiva responsabilidade das partes os atos praticados por seus prepostos e empregados, perante as outras partes e terceiros.

Parágrafo Segundo – As partes são responsáveis por todos e quaisquer ônus, riscos, encargos trabalhistas e indenizações de quaisquer espécies reivindicadas por seus empregados e prepostos, inclusive por débitos tributários e previdenciários.





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Dotação Orçamentária

12.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 56102

II – Programa de Trabalho: 08334622842325334

III – Natureza da Despesa: 339039

IV – Fonte de Recursos: 100000000

Folha nº:	119
Processo nº:	002-002134/2013
Rubrica:	Mat. 203553.2

12.2 – O empenho inicial é de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), conforme Nota de Empenho nº 2013NE00158 emitida em 25/06/2013, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

Em caso de atraso, inexecução parcial ou total dos serviços constantes deste contrato, garantida prévia defesa, o BRB estará sujeito às penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações e será aplicada multa, pela CIAS/SECOPA/DF ao BRB, nos percentuais estabelecidos no Decreto nº26.851/96, alterado pelo Decreto n.º 26.993/06 .

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O Executor

O Distrito Federal por meio da CIAS/SECOPA/DF e o BRB, designarão, cada um, executor para o Contrato, que desempenharão atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil e o art. 67, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Publicação

O DISTRITO FEDERAL providenciará, às suas expensas, a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, do extrato do presente Contrato, no prazo e na forma previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Alteração Contratual

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.





Parágrafo Primeiro – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Folha nº:	120
Processo nº:	002.800.134/2011
Rubrica:	(Assinatura) Mat.: 263882-9

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Vigência

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da Dissolução e Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo Primeiro – O Contrato poderá ser rescindido de forma amigável (consoante os casos previstos no Art. 78 incisos XIII a XVI da Lei 8666/1993), bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro e outras providências

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.





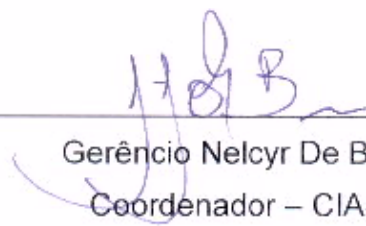
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



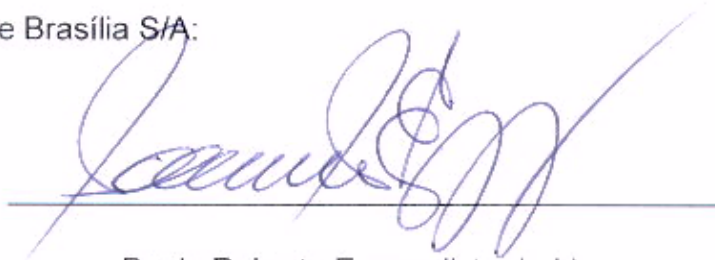
Brasília, 24 de Julho de 2013.

Pelo Distrito Federal:

Folha nº:	121
Processo nº:	002-000134/12-13
Rubrica:	CH Mat. 26350-7


Gerência Nelcyr De Bem
Coordenador – CIAS

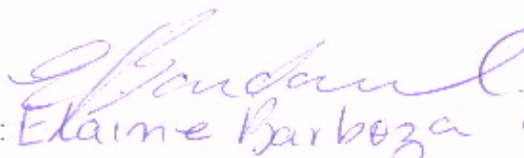
Pelo Banco de Brasília S/A:


Paulo Roberto Evangelista de Lima
Diretor Presidente

Testemunha:

Nome:

CPF: 584.066.541-04


Elaine Barboza dos Santos Bardaul

Testemunha:

Nome:

CPF:

